Nota Técnica

REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES CIVIS ATIVOS DO EXECUTIVO FEDERAL (1999-2020)

Nº 48

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Félix Lopez

José Teles Mendes

Março de 2021

Nota Técnica

REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES CIVIS ATIVOS DO EXECUTIVO FEDERAL (1999-2020)

Nº 48

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Félix Lopez

José Teles Mendes

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Nota Técnica

REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES CIVIS ATIVOS DO EXECUTIVO FEDERAL (1999-2020)

Nº 48

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Félix Lopez

José Teles Mendes

Março de 2021

EQUIPE TÉCNICA

Félix Lopez

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

E-mail: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

José Teles Mendes

Pesquisador associado ao Ipea, na Diest/Ipea. *E-mail:* <jose.mendes@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest48>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SERVIDORES FEDERAIS CIVIS ATIVOS, POR DECIS 7

1 INTRODUÇÃO

Para contribuir nas discussões públicas sobre características do funcionalismo público brasileiro, detalhamos nesta nota aspectos relativos à trajetória da remuneração¹ dos servidores públicos federais ativos, de 1999-2020, com base em dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal, do Ministério da Economia (Siape/ME).

Deve-se ter em conta que o Executivo federal ativo representa, hoje, menos de 10% dos servidores civis do país e seu perfil é, comparativamente ao funcionalismo dos estados e municípios, bastante distinto.² A análise exclui os militares federais, cujos dados não estão disponíveis no Siape.

As remunerações variam em função de características dos cargos, regimes e tipos de vínculo com o setor público, bem como em função de atributos e características dos servidores. Entretanto, discutimos nesta nota apenas alguns dos aspectos gerais das remunerações.

2 REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SERVIDORES FEDERAIS CIVIS ATIVOS, POR DECIS

Em 2020, havia aproximadamente 600 mil servidores civis federais ativos, em um universo de, aproximadamente, 12 milhões de vínculos de trabalho no setor público ativos no país.³

De 1999 a 2020, a remuneração líquida mensal média passou de R\$ 5,2 mil para R\$ 7,4 mil, que representa uma elevação de 42%, em 21 anos (gráfico 1). A trajetória indica um aumento das remunerações no período 2004-2010 e estabilidade desde então.

GRÁFICO 1

Remuneração líquida média mensal no Executivo civil federal ativo (1999-2020)

(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Siape/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores corrigidos para preços de fevereiro de 2020.

2. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

1. Todas as remunerações foram deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro de 2020. Foram retirados da análise todos os vínculos cujos salários líquidos foram declarados como zero, além de estagiários, aprendizes e pessoas sem vínculo com o serviço público. Para mais informações sobre remunerações no setor público, consultar o link: <<https://bit.ly/2Ok7UXO>>.

2. Para mais informações, acessar: <<https://bit.ly/3ruqxqH>>.

3. Não estão incluídas as contratações por meio de terceirização.

Em 2020, 50% dos servidores receberam até R\$ 5.922 e 90% receberam até R\$ 13.992. A remuneração média do segmento que compõe os 10% com maior remuneração foi de R\$ 19,1 mil, um aumento de 37% com relação a 2000. Entre os 10% com menor remuneração, o líquido médio passou de R\$ 1,1 mil, em 2000, para R\$ 1,9 mil, em 2020, um crescimento de 72%.

GRÁFICO 2

Remuneração líquida média mensal no Executivo civil federal ativo, por faixas de remuneração (2020)
(Em R\$ 1 mil)

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Os servidores contratados por meio de Regime Jurídico Único são a maioria, embora o total absoluto e relativo tenha diminuído no tempo, e contratações celetistas e temporárias tenham se ampliado no período. O número total de celetistas ou servidores com vínculo temporário (excluídas a contratação de terceirizados) passou de 46.569 para 96.168, um aumento de 107%.

A remuneração líquida média mensal dos estatutários aumentou de R\$ 5,3 mil para R\$ 7,6 mil. A remuneração dos contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) passou de R\$ 5,2 mil para R\$ 7,2 mil. Entre os trabalhadores com vínculo temporário, o valor médio passou de R\$ 3,1 mil para R\$ 3,6 mil. Entre estatutários e celetistas, houve aumento dos valores médios no período 2005-2010. Para as três categorias, os valores se mantiveram estáveis ou se reduziram, de 2010 a 2020.

GRÁFICO 3

Número de vínculos no Executivo civil federal ativo, por regime contratação (1999-2020)

Fonte: SIAPE/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

GRÁFICO 4

Remuneração líquida média no Executivo civil federal ativo, por regime de contratação (1999-2020)

(Em R\$ 1 mil)

Fonte: SIAPE/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores corrigidos para preços de fevereiro de 2020.

2. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A remuneração mais elevada é sempre a dos servidores em cargos com nível superior, significativamente acima dos servidores em cargos de ensino médio ou em cargos que pedem ensino fundamental. Em 1999, a remuneração

líquida média do primeiro grupo foi de R\$ 6.938, mais de 50% superior à média dos servidores com apenas o ensino secundário concluído. Em 2020, essa diferença se ampliou para 87%. De 1999 a 2020, os servidores que concluíram a graduação tiveram um aumento real de 22% na remuneração líquida média, diante de 8% daqueles com ensino médio e 10% dos que possuem apenas o fundamental.

GRÁFICO 5

Remuneração líquida média mensal dos servidores civis ativos do Executivo federal, por escolaridade (1999-2020)
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: SIAPE/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores corrigidos para preços de fevereiro de 2020.

2. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em uma clivagem por cor/raça⁴ e por sexo, em toda a série homens brancos recebem remuneração média mensal superior às mulheres brancas.

4. A variável de cor ou raça, no SIAPE, apresentava, em 1999, um percentual de não preenchimento em torno de 20%. Esse número melhora ao longo da série, chegando a 2020 com apenas 5,5% de não informados.

GRÁFICO 6

Remuneração líquida média mensal no Executivo civil federal ativo, por sexo e cor ou raça (1999-2020)

(Em R\$ 1 mil)

Fonte: SIAPE/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores corrigidos para preços de fevereiro de 2020.

2. Negra é a soma das categorias *preta* e *parda*.

3. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A tabela 1 mostra os valores dos vencimentos líquidos médios dos homens brancos por ano, seguidos pela razão entre seus rendimentos e os de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente. Em 1999, por exemplo, o salário líquido médio de um homem branco é 1,24 vez mais alto que o de uma mulher branca. Em 2020, essa razão é de 1,13 vez. Entre 1999 e 2020, portanto, houve ligeira queda da diferença salarial proporcional entre homens brancos e mulheres brancas, acompanhada por aumento da distância entre os primeiros e os homens negros, e queda com relação às mulheres negras.

TABELA 1

Vencimentos líquidos médios dos homens brancos e razão entre seus rendimentos e os de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras (1999-2020)

Ano	Homem branco (R\$)	Razão mulher branca	Razão homem negro	Razão mulher negra
1999	6.527	1,24	1,37	1,63
2000	5.690	1,16	1,37	1,50
2001	5.834	1,17	1,42	1,56
2002	6.407	1,18	1,43	1,57
2003	6.133	1,19	1,43	1,59
2004	5.903	1,19	1,35	1,53
2005	6.314	1,19	1,39	1,56
2006	6.227	1,18	1,43	1,57
2007	7.049	1,21	1,46	1,63
2008	7.220	1,21	1,47	1,66
2009	8.348	1,18	1,48	1,63
2010	9.116	1,14	1,44	1,53

(Continua)

(Continuação)

Ano	Homem branco (R\$)	Razão mulher branca	Razão homem negro	Razão mulher negra
2011	9.201	1,13	1,45	1,51
2012	8.758	1,12	1,43	1,48
2013	8.833	1,11	1,43	1,46
2014	9.279	1,12	1,42	1,46
2015	8.997	1,13	1,43	1,49
2016	8.507	1,11	1,39	1,45
2017	9.186	1,13	1,39	1,47
2018	8.893	1,12	1,39	1,47
2019	9.045	1,13	1,40	1,51
2020	8.774	1,13	1,40	1,51

Elaboração dos autores.

Os valores apontam também a interseção entre cor e raça para compreender aspectos da estratificação salarial e *status* ocupacional no Executivo federal. Por haver isonomia salarial entre cargos, o que ocorre é que a distribuição desigual dessas características atribuídas (cor e sexo) se combina com atributos adquiridos (escolaridade, por exemplo), para explicar a distribuição das pessoas entre cargos com diferentes remunerações médias ou tipos de vínculos de trabalho. Em fevereiro de 2020, por exemplo, 62% dos servidores civis ativos do Executivo federal com nível superior eram brancos, diante de 30% de negros, enquanto, entre os que tinham até o ensino fundamental, 53% eram negros e 28%, brancos. Deve-se explorar de modo mais detalhado a composição dos ocupantes de cargos para avançar na análise dessas relações.

Em 2000, 29,5% do total dos valores pagos em salários foram destinados aos 10% com maior remuneração. Esse percentual caiu para 25,7%, em 2020. Os 10% com menor remuneração detinham 2,3% das remunerações líquidas, em 2000, e o percentual subiu para 2,6%, em 2020. Houve, portanto, um ligeiro movimento de desconcentração das remunerações entre os decis, no período considerado.

GRÁFICO 7

Proporção de remuneração líquida total recebida pelos vínculos civis ativos: 10% melhor remunerados e 10% pior remunerados do Executivo federal, por ano

(Em %)

Fonte: Siape/ME.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Para complementar a análise das remunerações, listamos como elas se distribuem entre os cargos do Executivo federal. As tabelas 2 e 3 contêm, respectivamente, os dez cargos com os maiores e menores salários líquidos médios em fevereiro de 2020, seus respectivos órgãos e quantidade de vínculos de trabalho. Excluímos da lista os cargos com menos de trezentos vínculos ativos. Entre os dez cargos com maior remuneração, encontram-se auditores fiscais e delegados da Polícia Federal (PF), carreiras típicas de Estado, sendo quatro desses vinculados ao ME; dois, a PF; um, a Advocacia Geral da União (AGU); e um, a Defensoria Pública da União (DPU), indicando a predominância de órgãos das áreas financeiro-administrativa e de segurança e judiciária entre as remunerações mais altas do funcionalismo do Executivo federal. Os de menor remuneração, a seu turno, são em geral vinculados aos ex-territórios e à estrutura dos hospitais universitários. Trata-se de cargos vinculados a funções mais operacionais, como auxiliares, motoristas e técnicos, além de cargos em via de desaparecimento, como o de datilógrafo. A décima remuneração média mais alta (R\$ 19.011) é quase seis vezes maior que a décima mais baixa (R\$ 3.178).

TABELA 2

Cargos com os maiores salários líquidos médios mensais, seus respectivos órgãos e quantidade de vínculos de trabalho (fev./2020)

Órgão	Carreira	Vínculos	Remuneração líquida (R\$)
Empraba	Pesquisador(a)	2.007	23.325
CPRM	Pesquisador em geociência	557	21.730
ME	Auditor fiscal da Receita Federal	8.308	20.285
PF	Delegado de PF	1.668	20.259
ME	Auditor fiscal	2.117	20.053
PF	Perito criminal federal	1.132	19.864
AGU	Advogado da União	1.732	19.415
ME	Analista de comércio exterior	368	19.252
DPU	Defensor público da União	638	19.140
ME	Procurador da Fazenda	2.107	19.011

Elaboração dos autores.

Obs.: Empraba – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; e CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

TABELA 3

Cargos com os menores salários líquidos médios mensais, seus respectivos órgãos e quantidade de vínculos de trabalho (fev./2020)

Órgão	Carreira	Vínculos	Remuneração líquida (R\$)
HCPA	Profissional de serviços operacionais II	321	2.635
EX-TER/RO	Auxiliar operacional	2.691	2.721
EBSERH	Assistente administrativo	2.449	2.763
EX-TER/RR	Auxiliar operacional	1.022	2.766
EX-TER/RO	Motorista	425	2.783
EBSERH	Técnico em radiologia	559	2.878
EX-TER/AP	Auxiliar operacional	711	2.908
C.EX	Auxiliar operacional	663	2.984
EX-TER/RR	Agente de portaria	322	3.156
EX-TER/AP	Datilógrafo	412	3.178

Elaboração dos autores.

Obs.: HCPA – Hospital de Clínicas de Porto Alegre; EX-TER/RO – ex-território de Rondônia; EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; EX-TER/RR – ex-território de Roraima; EX-TER/AP – ex-território do Amapá; e C.EX – Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército.

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA